

# O PROJETO REVOLUCIONÁRIO E A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE BOLIVARIANA DA VENEZUELA

Maria Lucia Frizon Rizzotto

Professora

## Introdução

A Venezuela vive atualmente um momento de sua história em que se processam profundas mudanças no âmbito econômico, político e social, que pode ter repercussões em outros países da América Latina. O processo venezuelano merece ser estudado tanto pelos aspectos inovadores que apresenta, como pelo seu papel na atual conjuntura da região, em que cerca de 70% da população estão sob governos vinculados a uma orientação de esquerda ou de centro esquerda. Essa configuração política não é fruto do acaso, mas em grande medida é, contraditoriamente, resultado da implementação das reformas neoliberais, colocadas em prática, indistintamente, nos vários países latinoamericanos a partir da década de 1980. Essas reformas, cuja ênfase se deu no campo econômico e das políticas sociais, trouxeram como consequência mediata o empobrecimento brutal da população e o aumento das desigualdades sociais intra e entre países.

Se por um lado as políticas neoliberais alcançaram seus objetivos em manter o processo de transferência de riqueza para os países de capitalismo avançado, de outro, fizeram emergir movimentos contestatórios que dão evidência às mazelas que essa transferência provoca e buscam dar outra direção política em vários países latinoamericanos. Talvez o resultado mais visível, no campo político, seja o surgimento de um nacionalismo de base popular, que se propõe a solucionar os graves problemas internos, decorrentes da histórica exclusão de grandes contingentes populacionais dos benefícios da riqueza produzida. Para isso, entende ser necessário promover a integração dos países da região, formando um bloco mais consistente, com capacidade de romper com a atual forma dependente de inserção na dinâmica capitalista mundial.

Nesse contexto é que se insere a “Revolução Bolivariana da Venezuela”, cujas raízes são bem anteriores à eleição de Hugo Chávez para a Presidência da República, que ocorreu em dezembro de 1998. Neste trabalho, não pretendemos dar conta desse processo, apenas abordar alguns aspectos históricos e conjunturais que ajudam a compreender tanto a emergência do projeto bolivariano, como as razões que levaram à criação dessa universidade, mostrando como o processo de formação, na UBV, se articula com a implementação desse projeto. Trata-se de uma pesquisa exploratória, que teve como fonte documentos, entrevistas e observação *in loco*, além de revisão de

literatura em autores que analisam o atual processo político venezuelano.

### **Antecedentes históricos do atual processo político venezuelano**

De início um fato que merece destaque na história da Venezuela, diferente da experiência brasileira, diz respeito ao seu processo de emancipação política. Lá a independência não resultou de um acordo de cavalheiros entre os colonizadores e a elite local, em que praticamente nenhuma mudança substantiva iria ocorrer em relação a quem governaria o país no período seguinte. Ao contrário, a independência venezuelana foi conseqüência de intensas lutas e de uma guerra civil que durou dez anos (1811 – 1821), cujos objetivos não se limitavam às atuais fronteiras da Venezuela, mas expandia-se para outras colônias espanholas com o intuito de construir uma grande pátria livre, a *Gran Colômbia*, hoje constituída pelos limites geográficos da Venezuela, Colômbia, Equador e Panamá. Simón Bolívar, principal figura histórica da independência, entendia que a liberdade de seu país, a Venezuela, só se consolidaria se todos os países do continente fossem livres e houvesse uma integração entre eles, constituindo uma grande nação, soberana, capaz de enfrentar de forma conjunta as ameaças externas e inventar alternativas para resolver os problemas internos.

Embora nunca esquecidos, figuras como Simón Bolívar e Simón Rodrigues, são recolocadas, cotidianamente, na cena política do país; recuperam-se princípios, visões de mundo, de homem e de sociedade, revelando um particular projeto de república e de liberdade que, também agora, não se restringe a nação venezuelana, mas pretende envolver outros povos da América Latina. Esses objetivos, identificados na defesa da soberania nacional e na integração latinoamericana, ajudam a dar conformação ao atual projeto político venezuelano. As raízes desse projeto podem ser buscadas no campo político, mas é na esfera econômica que se encontram as explicações mais consistentes.

A economia venezuelana, desde o século XVIII, assumiu uma característica extrativista, primeiro, produzindo e exportando cacau; no século XIX, expandiu para a produção de café e, a partir do início do século XX até os dias atuais, o petróleo se tornou o principal artigo de exportação. Desde 1925, quando o petróleo se converteu no primeiro produto de exportação do país, até 1986, quando caíram os preços pela priméria, o crescimento foi quase constante. (Bergquist apud Ellner, 2003: 20). Particularmente a partir da década de 1960, com a instauração do regime democrático, a Venezuela “comenzó un proyecto de 40 años diseñado para construir una serie de instituciones y establecer prácticas para cambiar la economía de extracción de origen hispánico y reemplazar la débil infraestructura institucional heredada del pasado”. (Lombardi, 2003: 14).

Nos anos de 1970, os altos recursos do petróleo financiaram benefícios para todas as classes sociais, por meio de subsídios, baixos impostos, controle de preços, serviços públicos como

educação e saúde e um generoso sistema de seguridade social. Ao mesmo tempo, a economia petroleira, “debilitó a la oligarquía, al campesinado y a la clase obrera, y les impidió construir sus propias organizaciones políticas...”. Além disso, “los ingresos derivados del crudo incidieron en el surgimiento de una burocracia altamente improductiva”, que ainda hoje hegemoniza as relações nas instituições públicas daquele país e gerencia o Estado venezuelano, perpetuando os mesmos vícios e práticas de corrupção, o que evidencia que a estrutura do velho Estado burguês, permanece quase intacta. (Ellner, 2003: 21/26)

A bonança experimentada nos anos de 1970, foi a culminância de um projeto que associava democracia, nacionalismo petroleiro e desenvolvimento, o qual teve seu início em 1958, com a fundação da mais longa democracia da América Latina, por meio do denominado *Pacto del Punto Fijo*, que se realizou entre os principais partidos políticos. Este pacto “estableció los términos para la democracia, incluyendo algunos substantivos en el campo económico, así como otros de procedimientos para respetar los resultados de las elecciones, consultar a los líderes de los partidos de oposición y compartir responsabilidades”. (Norden, 2003: 128).

Segundo Hellinger (2003), neste primeiro momento democrático, respaldado pelo pacto, a disputa eleitoral estava marcada por distinções de classe. De um lado, os setores populares votavam no partido Ação Democrática (AD), que dominava as confederações de trabalhadores e camponeses, e de outro, os setores conservadores se vinculavam ao partido cristão COPEI. Com o tempo, foi se dissipando a estrutura classista das duas principais agremiações partidárias, os programas foram convergindo e AD, para facilitar a sua aceitação por parte da elite foi moderando suas posições. Desde então, até a crise econômica da década de 1990, esses partidos controlaram a cena política do país.

Contudo, esta estabilidade política se revelou frágil diante da determinação econômica. Poucos anos de crise econômica fizeram mudar radicalmente os indicadores sociais do país, levando ao fim do *Pacto del Punto Fijo* e colocando em cheque o próprio modelo de democracia, considerada exemplo para a América Latina.

Se na década de 1970, houve uma melhora substantiva nas condições de vida da população da Venezuela (em 1978 apenas 10% da população eram considerados pobres), a partir da década de 1980, os cortes nos gastos sociais e nos salários, decorrente da crise, levaram a um aumento inevitável da pobreza. “Entre 1984 a 1995, el porcentaje de la población pobre aumentó de 36% a 66%, mientras el sector en pobreza extrema aumentó más del triple, de 11% a 36%”. (Evans apud Roberts, 2003: 80).

O progressivo empobrecimento econômico e o aumento das desigualdades sociais levaram a uma crescente polarização da sociedade, fazendo reaparecer, de forma muito intensa, a divisão e a luta de classe, que estava entorpecida pela distribuição de renda dos anos de 1960 e 1970. Embora

em todos os países latinoamericanos, que aplicaram as reformas neoliberais nas décadas de 1980 e 1990, tenha ocorrido o mesmo fenômeno, ou seja, um aumento da pobreza, acompanhado de uma ampliação das desigualdades sociais, não se observou, na maior parte desses países, mobilizações populares que efetivamente colocassem em cheque tais reformas, ao contrário, o que se evidenciou, foi um arrefecimento do próprio movimento sindical e dos movimentos sociais organizados. A Venezuela também enfrentou esse mesmo refluxo e timidez sindical diante das reformas neoliberais, mas, a posterior reação do povo, principal vítima dessas reformas, não tem nada de tímida, ao contrário, parecem decididos a mudar radicalmente as relações em que produzem e reproduzem a vida material e espiritual.

Para entender o atual processo político venezuelano e a emergência do Projeto Revolucionário Bolivariano, porque inspirado em Simón Bolívar, precisamos olhar para a história, não como uma seqüência linear de fatos, mas como resultado das contradições inerentes a cada complexo societário. Vários autores, entre eles Maya (2005), Ellner (2003) e Márquez (2003), indicam o denominado *viernes negro* como o marco de desarticulação do pacto democrático e da própria estrutura societária instaurada a partir dele. Em 21 de fevereiro de 1983, depois de mais de 25 anos de estabilidade econômica e política, o então presidente Luis Herrera Campíns, desvalorizou o Bolívar, a moeda nacional, de uma relação de 4,30 Bs/US\$ passou para 9,90 Bs/US\$. Na época, foi usada a seguinte frase para expressar o estado de ânimo da população: “la fiesta se acabó”. Para Hellinger (2003:52), a desvalorização do Bolívar iniciou uma crise não só material, mas também ideológica da qual o país nunca se recobrou. Nos anos seguintes foi crescendo “... la proporción de venezolanos que buscaban `cambios radicales' en vez de `reformas parciales' del sistema”.

Depois disso, um fato que marcou a história da Venezuela, ocorreu em fevereiro de 1989, quando o Presidente da República, Carlos Andrés Pérez, logo após assumir o cargo, anunciou a negociação do primeiro acordo do país com o FMI. Em reação às medidas de ajuste neoliberais impostas pelo acordo e como sintoma da degradação das condições de vida, que já vinha ocorrendo desde o *viernes negro*, teve início um levante popular, que começou em 27 de fevereiro, em Caracas, mas se estendeu para várias cidades do país, conhecido como *caracazo*. Este levante, que revelou a agudização das tensões sociais, teve um saldo de mais de 1.000 mortos, durou até 19 de março, quando o exército foi chamado para controlar a revolta, uma vez que as polícias não haviam conseguido. O *caracazo* ou *sacudón*, como também é chamado, e os distúrbios ao longo dos anos de 1990, colocaram por terra a tese da excepcionalidade venezuelana, que via esse país como diferente de seus vizinhos latinoamericanos, quer pela maturidade política, quer pelo fato de ser grande produtor de petróleo e ter conseguido, em certo período, instituir uma melhor repartição da renda nacional. (Ellner, 2003).

A crescente polarização da sociedade venezuelana, que foi se evidenciando ao longo dos anos de 1990, se expressou em pelo menos cinco frentes, entre elas, o crescimento da economia informal, o ressentimento mútuo entre as classes baixas e os setores mais privilegiados da sociedade, e a emergência de partidos políticos defensores das classes mais desfavorecidas, rompendo com a tradição dos partidos multiclassistas. (Ellner, 2003).

Nas inúmeras manifestações de protesto e reivindicação, que ocorreram no período seguinte ao *caracazo*, ficou cada vez mais evidente a incapacidade dos sindicatos de defenderem os interesses dos trabalhadores informais e os partidos políticos de representarem as camadas populares. Nesse vácuo de representação, emergiram novas forças sociais, entre elas um grupo cívico-militar denominado Movimento Bolivariano Revolucionário-200 (MBR-200), ao qual se vinculava Hugo Chávez, articulador do fracassado golpe cívico-militar de 1992, que o levou à prisão bem como a outros militares rebeldes. (Hellinger, 2003).

Mesmo encarcerado por dois anos (1992-1994), Chávez passou a simbolizar a possibilidade de mudança para o povo venezuelano que, em 1998, agora pela via democrática, o elegeu presidente da república. A partir de então, o governo de Chávez vem buscando implementar um projeto político que tem como objetivo “refundar a república”, a partir da ampliação da participação do povo nas decisões políticas, por meio de diversos mecanismos constitucionais como o referendo e a consulta popular.

Desde o início do governo, apesar da debilidade e desarticulação inicial da oposição, todas as questões, por menores que fossem se transformaram em polêmica nacional. Chávez não teve tréguas, mas também não as deu aos seus adversários. Protagonizou inúmeras e diferenciadas formas de enfrentamento com a oposição, que vão desde manifestações massivas de rua, tentativa de golpe de Estado, referendo revocatório, até greve com paralisação completa da produção de petróleo, sem contar o confronto cotidiano com a mídia, revelando a luta pela construção de uma nova hegemonia, naquele país.

De todos os enfrentamentos que ocorreu entre o governo e a oposição, um teve como resultado mudanças profundas nos rumos da política interna do país, trata-se da greve ou *paro petrolero*, que ocorreu entre dezembro de 2002 e fevereiro de 2003. Depois de quase três meses o governo conseguiu por fim à greve e assumir o controle efetivo da política petrolera do país, que até então estava nas mãos dos altos dirigentes da PDVSA (Petróleos da Venezuela SA). A partir desse momento, entendeu que teria que agir diferente no campo econômico, político e social, se quisesse consolidar o seu projeto de país. Na área social passou a implementar uma série de políticas de caráter massivo, denominadas de missões, implementadas com recursos advindos diretamente da PDVSA. Dentre as ações voltadas para a implementação do projeto bolivariano está a criação da UBV, que simbolicamente ocupa o que foi uma das principais sedes da antiga direção da PDVSA,

em Caracas.

## **A UBV e o projeto revolucionário bolivariano**

A Universidade Bolivariana da Venezuela foi criada pelo Decreto Presidencial n.º 2.517 de 18 de julho de 2003, com o intuito de ser uma “alternativa al sistema educativo tradicional, al tiempo que da un vuelco a la vinculación de la Universidad con la realidad nacional y latinoamericana”. (UBV, 2007:1). Com a criação da UBV e com a Missão Sucre, o governo pretendeu dar uma nova direção ao ensino de terceiro grau no país, no sentido de formar profissionais vinculados com as comunidades, comprometidos com o projeto de “refundação do Estado venezuelano” e com a reconstrução da “Venezuela bolivariana”. Para isso, seria preciso formar um novo homem com traços humanísticos, comprometidos e solidários, cuja formação deve se pautar em um “nuevo modelo educativo capaz de generar conocimiento pertinente, relevante y creativo para realizar aportes significativos a la vida nacional” (UBV, 2003: s/p.).

Tais pressupostos orientaram e orientam a criação de cursos de graduação e de pós-graduação na UBV. De início foram criados dez cursos de graduação, sendo eles, comunicação social, estudos jurídicos, gestão ambiental, gestão social do desenvolvimento local, agroecologia, arquitetura, estudos políticos, informação para a gestão social, gestão em saúde pública e Medicina Integral Comunitária (MIC). Todos os cursos buscam formar profissionais que possam contribuir para a implementação do projeto bolivariano, quer seja respondendo a problemas críticos como o de habitação e saúde; quer para dar conta de necessidades específicas do novo Estado em construção; do projeto de desenvolvimento endógeno<sup>1</sup> ou da nova dinâmica de participação protagônica<sup>2</sup> que se pretende instituir, conforme expresso na Constituição da República Bolivariana de Venezuela.

O conjunto de cursos, presentes na sede da UBV, localizada em Caracas, não se reproduz igualmente em todas as regiões do país. Pelo próprio entendimento de desenvolvimento endógeno, que prioriza as potencialidades e necessidades das comunidades locais, a definição de quais cursos devem ser ofertados depende do planejamento e das demandas locais, daí a existência de uma política de municipalização da educação, em todos os níveis, o que não tem significado a transferência da responsabilidade de financiamento nem a ausência de uma articulação nacional. O

---

<sup>1</sup> Enfoque de desenvolvimento próprio a partir de, para e por dentro. Busca criar e consolidar uma estrutura produtiva progressivamente autosuficiente, que permita atender as necessidades de desenvolvimento social e humano das comunidades em intercâmbio solidário com outras comunidades, com a nação e com outros países. (Venezuela, 2006: 20).

<sup>2</sup> O protagonismo é essencialmente a participação política que visa submeter os governantes ao mandato popular revogatório e proporcionar o autogoverno do povo mediante diversas formas constitucionais de participação.

entendimento do papel do ensino superior no processo de transformação da sociedade venezuelana é expresso por um dirigente da UBV nos seguintes termos:

Construir el Poder Popular en nuestra naciente República Bolivariana, pasa por la refundación de todas las políticas públicas sobre otro propósito; en particular la Educación Superior, la cual constituye un instrumento que posibilita el cambio de mentalidad necesario para rescatar el valor intrínseco y social de todos y cada uno de los venezolanos. (Ruiz, 2006: 1).

De acordo com essa perspectiva, a refundação da república requer uma nova concepção de política social, que rompa com o instituído até então e ajude a edificar as bases de um novo Estado Democrático e Social de Direito e de Justiça. Nesse sentido, a orientação geral para os desenhos curriculares deve “vincular el programa con el desarrollo integral del país y por tanto a desarrollar la identidad del egresado como profesional altamente cualificado, éticamente responsable y ciudadano comprometido con la consolidación de nuestra democracia”. Tal pressuposto compõe as *Bases, Criterios y Pautas para el diseño curricular de los Programas de Formación de la UBV* (2003), portanto, são princípios que orientam a estruturação de todos os cursos da instituição. (UBV, 2006: 03).

Justifica-se essa orientação, na formação acadêmica, em face de que o projeto de país que se pretende construir “requiere una apuesta a un proyecto educativo pensado para el mediano y largo plazo. Hay que pensar que los republicanos del mañana, serán los que deben estar armados ética, técnica y humanísticamente para transformar su destino y el de la república”. (UBV, 2006: 07). Nesse sentido, a formação a ser realizada não se pretende neutra, ao contrário, a vinculação do processo formativo a um determinado projeto de sociedade é justificado como elemento fundamental para operar as transformações no campo social e econômico, tendo a “equidade” e a “democratização” da educação superior como “los hilos conductores del proyecto educativo de la revolución”. Era “imposible pensar en iniciar un nuevo proyecto de país con el modelo educativo de nuestras universidades tradicionales”, portanto, a UBV “tienen la gran misión de preparar a la generación de nuevos ciudadanos y nuevas ciudadanas, que encarnen el espíritu republicano, contenido en el proyecto de país, con alto contenido ético y de compromiso social”. (UBV, 2006: 04).

Com este entendimento, do papel da formação educacional no processo de transformação da realidade social, “se pretende el desarrollo y la aplicación del proyecto bolivariano en los contenidos y formas en consonancia con las transformaciones sociales y económicas que se producen en la vida de nuestra sociedad”. (UBV, 2006: 04). Assim se expressa e se justifica a criação de uma universidade que forme profissionais comprometidos com o projeto revolucionário em curso.

## Considerações finais

Com base na análise empírica é possível afirmar que a criação da UBV se deu a partir de dois elementos distintos. De um lado, o papel central que a educação tem no projeto bolivariano, e de outro, as dificuldades encontradas pelo Governo na implementação de seu projeto por dentro de um Estado corrupto, com uma burocracia que se desenvolveu vinculada ao projeto do *punto fijo*, portanto, comprometida com as velhas estruturas e práticas burguesas.

Em relação ao primeiro elemento, a educação é vista como uma variável de libertação, tanto em nível individual, na medida em que tem como finalidade desenvolver o potencial criativo de cada ser humano, como em âmbito coletivo, sendo um meio para conseguir a justiça, a igualdade e a integração social. Quanto ao segundo elemento, a explicação se encontra na necessidade de formação de uma nova burocracia, comprometida com o projeto bolivariano e com a “refundação da república”, portanto, a escola, nos diferentes níveis de formação, tem como papel formar um novo homem com o pensamento emancipado, descolonizado que favoreça a independência e a soberania. Este homem será o novo republicano, “patriótico, solidário e com um profundo sentido humanitário”, preparado para compartilhar a vida social e “construir a integração latinoamericana”.

## REFERÊNCIAS

ELLNER, S. “El sindicalismo frente al desafío del chavismo”. In: ELLNER, S.; HELLINGER, D. (Editores) *La política venezolana em la época de Chávez: clases, polarización y conflicto*. Caracas: Consejo de Investigación de la Universidad de Oriente/Editorial Nueva Sociedad, 2003.

HELLINGER, D. (Editores) *La política venezolana em la época de Chávez: clases, polarización y conflicto*. Caracas: Consejo de Investigación de la Universidad de Oriente/Editorial Nueva Sociedad, 2003.

LOMBARDI, J.V. (Prólogo) “El permanente dilema de Venezuela: antecedentes de las transformaciones chavistas”. In: ELLNER, S.; HELLINGER, D. (Editores) *La política venezolana em la época de Chávez: clases, polarización y conflicto*. Caracas: Consejo de Investigación de la Universidad de Oriente/Editorial Nueva Sociedad, 2003.

MÁRQUEZ, P. “Por qué la gente voto por Hugo Chávez?”. In: ELLNER, S.; HELLINGER, D. (Editores) *La política venezolana em la época de Chávez: clases, polarización y conflicto*. Caracas: Consejo de Investigación de la Universidad de Oriente/Editorial Nueva Sociedad, 2003.

MAYA, M.L. *Del viernes negro al referendo revocatório*. Caracas: Alfadil Ediciones, 2005.

NORDEN, D.L. “La democracia em uniforme: Chávez y las fuerzas armadas”. In: ELLNER, S.; HELLINGER, D. (Editores) *La política venezolana em la época de Chávez: clases, polarización y*



*conflicto*. Caracas: Consejo de Investigación de la Universidad de Oriente/Editorial Nueva Sociedad, 2003.

ROBERTS, K. “Polarización social y resurgimiento del populismo en Venezuela”. In: ELLNER, S.; HELLINGER, D. (Editores) *La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto*. Caracas: Consejo de Investigación de la Universidad de Oriente/Editorial Nueva Sociedad, 2003.

UBV. *Bases, Criterios y Pautas para el diseño curricular de los Programas de Formación de la UBV*. Caracas, 2 de agosto de 2003.

UBV. República Bolivariana de Venezuela. Ministerio de Educación Superior. *Programa de Formación de Grado - Gestión en Salud Pública*. 2006.

UBV. República Bolivariana de Venezuela. Disponible en: [www.ubv.edu.ve](http://www.ubv.edu.ve). Acceso en: 15/03/2007.

RUIZ, E.M. *el conocimiento y la reflexión de lo individual y lo colectivo como herramienta para la educación superior bolivariana*. Caracas. 2006. (mimeo).